

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----COMISSÃO EVENTUAL DO PART-----

-----REUNIÃO nº 4 /Ano 2019-----

Data 18/07/2019 -----

----- Hora de Início 15H30/Fim 16H30

Presenças:-----

Rui Prudêncio-----

João Pedro Gomes-----

Reunião com:-----

Rita Sammer-----

João Rodrigues-----

1º Secretário Dr. Carlos Carvalho-

Teresa Oliveira-----

Sérgio Jacinto-----

Secretário Dr. João Pedro-----

Assuntos tratados:-----

- 1- Aplicação do PART pela AML-----

Conclusões:-----

- 1- Rui Prudêncio agradeceu a disponibilidade, apresentou os presentes e fez o enquadramento do trabalho que está a ser desenvolvido por esta comissão eventual. Seguidamente pediu informações sobre a implementação do PART na região na AML.-----

O 1º secretário da AML esclareceu que decidiram implementar dois Passes, um municipal a 30€ para cada um dos 18 municípios da região e outros metropolitano a 40€ para circular em toda a AML. Há uma subdivisão para menores de 12 anos que não pagam nada e outra para os utilizadores com mais de 65 anos que pagam metade do valor.-----

Com o dinheiro do PART e os 2,5% dos municípios o financiamento não chegaria para fazer face às despesas previstas. A previsão inicial é que fossem necessários mais 7 milhões de € e era necessário encontrar uma forma de os ir buscar. O acordo foi que, os municípios da AML, em 2019 enviassem 25 milhões de € para a AML. Com uma previsão de 32 milhões de € em 2020 e 45 milhões de € em 2021. O critério para saber quanto caberia a cada município foi área/população e os 2 últimos orçamentos. Com estes critérios chegamos a valores em que cada município poderia ter de transferir mais de 4% mas aplicando o teto máximo em que nenhum poderia pagar mais de 20€ por cidadão. O critério referido será aplicado durante os primeiros 2 anos. A AML faz fronteira com 4 CIM's e o PART não prevê este tipo de deslocações, considera que esta é uma insuficiência do programa e que deve ser corrigida. Foi assinado um acordo com a Lezíria e há negociações a decorrer com a OesteCIM.-----

O PART está dependente do Orçamento de Estado e o 1º secretário da MAL considera que isto não deveria acontecer e que importa encontrar uma solução legislativa que dê estabilidade ao programa para que as receitas não dependam de vontades políticas.-----

A procura tem subido muito e já se previa o problema da oferta em relação à procura. Prevíamos 10% de aumento mas logo no início verificou-se um aumento de 19% (dados até setembro). Com o início do ano letivo e a implementação do Passe família em agosto passado, há uma nova previsão de aumento.-----

Os operadores têm tido algumas dificuldades de operacionalizar tudo isto mas a AML têm acompanhado e há compensações financeiras previstas. As contas foram feitas de forma a compensar os operadores com valores da operação de 218, impedindo que ganhem menos do que isso mas, se houver uma receita superior, 60% do valor correspondente a esse aumento de receitas fica para a AML e os restantes 40% para os operadores, distribuídos em função das validações. Estes valores não decorrem de um acordo, são uma decisão da AML. Apesar de informais, houve conversações prévias neste sentido. No caso de existir aumento de despesas na consequência do aumento da oferta, a AML está disponível para avaliar essas situações e rever os valores.-----

Rita Sammer pediu a palavra e questionou sobre os traços gerais do contrato interadministrativo que a AML está a negociar com a OesteCIM. Foi respondido que a AML está na disposição de transferir até 200mil€ para

a OesteCIM de modo a permitir uma redução do preço dos passes entre as AML e a OesteCIM. Foi dito que estavam em conversações para implementar passes a 70€ e 80€.

Novamente no uso da palavra, Rita Sammer questionou se essas contas incluíam os transportes dentro de Lisboa porque se assim não fosse, depois de somados os passes necessários chegaríamos a valores próximos dos 120€ que é o que temos aos dias de hoje. Foi-lhe dito que a utilização do metro, etc não estava prevista nesta solução mas que este acordo ainda não estava implementado e já está marcada uma nova reunião com a OesteCIM.

João Pedro Gomes referiu que a comissão se preocupa com todo o Oeste mas, por ser uma comissão da Assembleia Municipal de Torres Vedras, este é o concelho que está no centro das suas preocupações. Acrescentou que na sua opinião o que faria mais sentido seria uma consolidação entre o Passe de Torres Vedras e o Navegantes. Rita Sammer recordou os 170€ que se pagavam inicialmente para a deslocação entre Torres Vedras e Lisboa e os atuais 120€ já com os descontos por aplicação do PART. Admite que esta seria uma solução interessante em que cada autoridade de transportes suportaria a sua "parte" e permitiria uma poupança para os utilizadores.

O 1º secretário da AML diz que a exposição feita faz sentido mas deveria ser apresentada ao Governo e não à AML porque implica um aumento de custos devido à compensação extra que a AML teria de dar aos operadores.

Rita Sammer recorda que a atual solução reduz a entrada em Lisboa de carros de residentes na própria AML mas não reduz a entrada de carros provenientes de regiões limítrofes.

Os representantes da AML admitem que o contrato com a OesteCIM não está fechado e que podem ser consideradas as várias opções. Há uma reunião na próxima semana.

Para os membros da comissão esta solução seria uma grande vantagem e teria um grande impacto nos 65mil carros que entram em Lisboa vindos do Oeste.

Rui Prudêncio agradeceu e concluiu que é realmente fundamental a estabilização financeira do modelo para que não fique dependente de vontades políticas.

a) 